



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO nº 011/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 009/2022
PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 001/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO - MA, E A EMPRESA M.A. AUTO POSTO AVENIDA LTDA.

Por este instrumento contratual, o Poder Legislativo Municipal, através da **CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO**, situada no Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000, Itinga do Maranhão/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.621.258/0001-78, a seguir denominada **CONTRATANTE**, por meio do Gabinete do Presidente da Casa, neste ato representada pelo Sr. **FABIANO ALVES BEZERRA**, portador do RG nº 190027920014 SSP-MA e do CPF nº 036.770.543-54, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, nº 384, Coqueiro, nesta cidade de Itinga do Maranhão, e do outro lado a empresa **M. A. AUTO POSTO AVENIDA LTDA**, situada na Avenida Presidente Médici, nº 210, em Itinga do Maranhão/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.535.350/0001-76, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **MARCO ANTONIO MENDES PIMENTEL**, portador do RG nº 173605420019 SSP-MA e do CPF nº 291.902.073-00, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 480, Centro, em Itinga nesta cidade de Itinga do Maranhão, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 10.520/02, subsidiada no que couber pela Lei 8.666/93 em sua atual redação, e L. C. 123/2006 e suas alterações, bem como os Decretos Federais nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013, e demais normas regulamentadoras aplicáveis à espécie, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula primeira – DO OBJETO:

1.1 O presente Contrato tem pôr objeto, por parte da **CONTRATADA** o fornecimento de combustíveis (Gasolina e Diesel S-10) os quais descritos na cláusula terceira, cujo adjudicados à **CONTRATADA** declarada detentora em certame licitatório, oriundos da licitação nº 001/2022 - Modalidade Pregão Eletrônico, para atender as demandas do Legislativo Municipal de Itinga do Maranhão/MA.

Cláusula segunda – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022**, e rege-se pelas disposições expressas na Lei 10.520/02, subsidiada no que couber pela Lei 8.666/93 em sua atual redação, e L. C. 123/2006 e suas alterações, bem como os Decretos Federais nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013, e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este Contrato.

Cláusula terceira – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo cumprimento do fornecimento do objeto ora contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ 125.521,00 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais), referente as quantidades a serem adquiridas especificadas abaixo, e mediante confronto com a(s) Autorização(ões) de Fornecimento remetida(s) e devidamente fornecida(s).

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTDE.	VR. UNIT.	TOTAL
01	Gasolina Comum	Litro	11.000	7,499	82.489,000
02	Diesel S-10	Litro	6.000	7,172	43.032,000



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000

3.2. Da garantia de execução do contrato:

3.2.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas fica reservado a CONTRATANTE, o direito de reter do valor devido a CONTRATADA, a importância monetária referente ao pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos relativos à qualquer dano causado à administração.

3.2.1.1. Caso a importância monetária retida para pagamento de obrigação não cumprida ou de multa aplicada, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, não seja suficiente para quitação do débito, fica a contratada obrigada a pagar o montante da diferença do valor apurado, no máximo de 48hs (quarenta e oito horas), a contar da data em que for notificada pela Câmara Municipal de Itinga do Maranhão.

Cláusula quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Itinga do Maranhão/MA, classificada conforme abaixo especificado:

01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

01.031.0001.2001.0000 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Exercício: 2022

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

Cláusula quinta – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente Contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro do ano referente aos créditos orçamentários vigentes especificados na Cláusula Quarta deste instrumento contratual.

5.2. Em caso de prorrogação contratual esta deverá ocorrer mediante vontade das partes contratantes e dentro do permissível da legislação em vigor, à luz do Art. 57 da Lei 8.666/93, devidamente justificada.

Cláusula sexta – DA FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E GARANTIA DOS PRODUTO:

6.1. A forma de fornecimento será parcelada, sendo a entrega de acordo com a necessidade da Câmara Municipal.

6.2. Os produtos deverão ser fornecidos no momento do abastecimento, considerando que o mesmo deve ocorrer diretamente na bomba do posto credenciado pela CONTRATADA, mediante apresentação de ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE.

6.3. Os produtos deverão ser fornecidos no Município de Itinga do Maranhão - MA, nos locais indicados na ordem de fornecimento, sem ônus à Câmara Municipal.

Cláusula sétima – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado referente ao(s) produto(s) fornecido(s) pela contratante, mediante o Termo de Recebimento Definitivo e apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após a comprovação de que a contratada está em dia com as obrigações relativas a regularidade fiscal e trabalhista, para tanto, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar no ato do pagamento as referidas certidões:

7.1.1. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000

- pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- 7.1.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- 7.1.3. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- 7.1.4. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- 7.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 7.2. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item 7.1 deste instrumento.
- 7.2.1. INSTITUIÇÃO: BANCO BRADESCO S/A
- 7.2.2. AGÊNCIA: 1270
- 7.2.3. CONTA CORRENTE: 11777-3
- 7.2.4. TITULAR: M. A. AUTO POSTO AVENIDA LTDA
- 7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esta esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas no item 7.1 deste instrumento deverão estar válidas para o dia do pagamento. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a(s) mesma(s) não for(em) regularizada(s).
- 7.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 7.5. A fatura não aprovada pela Câmara Municipal de Itinga do Maranhão/MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 7.6. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.
- 7.7. Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras. As condições de pagamentos serão equivalentes.

Cláusula oitava – DOS ENCARGOS DE MORA POR ATRASO DE PAGAMENTO:

- 8.1. A contratante não arcará com os encargos da mora por atraso de pagamento decorrente de ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes da cláusula sétima deste instrumento, por parte da contratada.

Cláusula nona – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- 9.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Câmara Municipal poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.

Cláusula décima – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 10.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000

do contrato.

Cláusula onze – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

11.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.4 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

VDI

$$VA = \frac{\text{VDI}}{\text{INI}} \times \text{INF}, \text{ onde: INI}$$

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial

INF = IGPM/FGV na data final

Cláusula doze – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

12.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

12.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

12.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente da Câmara Municipal de Itinga do Maranhão.

Cláusula treze – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

13.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

Cláusula quatorze – DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da execução deste instrumento de contrato.

14.2. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao Gabinete do Presidente, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

Cláusula quinze – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

15.1. Constituem direitos da contratante receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

15.2. Constituem obrigações e responsabilidade da contratante:

15.2.1. Fiscalizar e acompanhar a execução deste contrato;

15.2.2. Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula do Pagamento;

15.2.3. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato.

15.3. **Constituem obrigações da CONTRATADA:**

15.3.1. Entregar o(s) produto(s) à(s) sua(s) expensa(s), em dias úteis e no horário de



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela N° 11 B CEP: 65.939-000

- expediente;
- 15.3.2. Fornecer o(s) produto(s), rigorosamente nas especificações, prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
 - 15.3.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), de acordo com a Ordem de fornecimento, durante o prazo de vigência deste contrato;
 - 15.3.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste contrato;
 - 15.3.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
 - 15.3.6. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados a e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;
 - 15.3.7. Comunicar à contratante os eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
 - 15.3.8. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
 - 15.3.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 15.3.10. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição do(s) produto(s) fornecido(s), inclusive sua(s) quantidade(s) e qualidade, competindo-lhe também, a do(s) produto(s) que não aceito(s) pela fiscalização da Contratante deverá(ão) ser trocado(s);
 - 15.3.11. Serão de direta e exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer acidentes que porventura ocorram na entrega do(s) produto(s) e o uso indevido de patentes e registros; e
 - 15.3.12. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente a execução do contrato.
- 15.4. Constituem responsabilidades da CONTRATADA:**
- 15.4.1. Todo e qualquer dano que causar à contratante, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
 - 15.4.2. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
 - 15.4.3. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à contratante por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à contratante, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.
 - 15.4.4. A contratada autoriza a contratante a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.
- 15.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da contratante em aplicar as penalidades previstas em lei no caso rescisão administrativa deste contrato decorrente de inexecução total ou parcial do mesmo.

Cláusula dezesseis – DA RESCISÃO DO CONTRATO:



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela N° 11 B CEP: 65.939-000

- 16.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula dezessete – DAS PENALIDADES:

- 17.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a empresa fornecedora ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante;
 - IV. Declaração de inidoneidade.
- 17.2. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à contratante e será publicada na imprensa oficial.
- 17.3. A contratada sujeitar-se-á à multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, cobrada em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, considerado o prazo estabelecido para meta/execução deste contrato.
- 17.4. No caso de atraso na meta/execução deste contrato por mais de 30 (trinta) dias, poderá a contratante, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, podendo, inclusive, aplicar penalidade de impedimento da contratada em participar de licitações públicas realizadas pela contratante por um prazo de até 05 (cinco) anos.
- 17.5. As multas previstas nos incisos do item 17.1 desta cláusula são aplicáveis simultaneamente ao desconto objeto do item 15.4.3 da cláusula décima quinta, sem prejuízo, ainda, de outras cominações previstas neste instrumento.
- 17.6. A multa será descontada do valor da fatura, cobrada diretamente da contratada ou ainda judicialmente.
- 17.7. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a contratante, pelo prazo de 05 (cinco) anos, será publicada na imprensa oficial e poderá ser aplicada nos seguintes casos mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à contratante:
- 17.7.1. Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
 - 17.7.2. Descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;
 - 17.7.3. Rescisão do contrato.
- 17.8. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a contratada:
- 17.8.1. Descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à contratante;
 - 17.8.2. Sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
 - 17.8.3. Tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- 17.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.1 desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do item 17.1 desta cláusula.
- 17.10. As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela contratante, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada, serão publicadas na imprensa oficial.
- 17.11. A penalidade de declaração de inidoneidade, implica na impossibilidade da contratada de se relacionar com a contratante.
- 17.12. A falta do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) para execução deste contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

Cláusula dezoito – DOS ILÍCITOS PENAIIS:



ESTADO DO MARANHÃO

Câmara Municipal de Itinga do Maranhão

CNPJ nº 01.621.258/0001-78

End. Rua Aulídia Gonçalves - Vila Emanuela Nº 11 B CEP: 65.939-000

18.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Cláusula dezenove – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

19.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

19.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula vinte – DOS CASOS OMISSOS:

20.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 10.520/02, subsidiada no que couber pela Lei 8.666/93 em sua atual redação, e L. C. 123/2006 e suas alterações, bem como os Decretos Federais nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013, e demais normas regulamentadoras aplicáveis à espécie, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula vinte e um – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

21.1. Em conformidade com o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores), até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Cláusula vinte e dois – DO FORO:

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itinga do Maranhão - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Itinga do Maranhão - MA, 23 de junho de 2022.

Fabiano Alves Bezerra

CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO
MARANHÃO - CNPJ nº 01.621.258/0001-78

FABIANO ALVES BEZERRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



M. A. AUTO POSTO AVENIDA LTDA

CNPJ nº 05.535.350/0001-76

MARCO ANTONIO MENDES PIMENTEL

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª *Matheus Santos Nascimento*

CPF nº 052.472.403-24

2ª *Joanice da C. Soares*

CPF nº 001.677.733-07



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO XLVI Nº 121 SÃO LUÍS, QUINTA - FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2022 EDIÇÃO DE HOJE: 46 PÁGINAS

SUMÁRIO

ACORDOS	
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outro..	01
ADITIVOS	
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária e Outros	02
ATAS	
Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região CREF21/MA e Outro.....	07
AVISOS	
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Outros.....	08
COMUNICAÇÕES	
UNISULMA - Universidade de Ensino Superior do Maranhão e Outras.....	22
CONCLUDENTES	
CSJP - Colégio São José de Penalva/MA.....	25
CONTRATOS	
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano e Outros.....	25
ERRATAS	
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outras.....	32
ESTATUTO	
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maranhãozinho/MA.....	32
TERMO DE ADESÃO	
Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA.....	32
TERMOS DE ADJUDICAÇÃO	
Prefeitura Municipal de Bacabal - MA e Outro.....	34
TERMO DE AJUSTE	
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.....	34
TERMOS DE APOSTILAMENTO	
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outro..	35
TERMOS DE COMPROMISSO	
Secretaria de Estado da Cultura.....	36
TERMO DE COOPERAÇÃO	
Secretaria de Estado da Educação.....	42
TERMOS DE FOMENTO	
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.....	42
TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO	
Secretaria de Estado da Saúde e Outros.....	43
TERMO DE RATIFICAÇÃO	
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer e Outro.....	45
TERMO DE RESCISÃO	
Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC/MA.....	46
TERMO DE REVOGAÇÃO	
Prefeitura Municipal de Paulino Neves - MA.....	46
TORNAR SEM EFEITO	
Prefeitura Municipal de Paulino Neves - MA.....	46

Assinado de forma digital por
TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA
FIALHO:45215170304

ACORDOS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

RESENHA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Ref.: PROCESSO Nº 64997/2021-SEAP/MA; ESPÉCIE: Resenha do Acordo de Cooperação Técnica de 23/06/2022; PARTES: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, CNPJ nº 13.127.340/0001-20 e a UNIVERSIDADE LA SALLE, inscrita no C.N.P.J sob o n.º 92.741.990/0040-43; OBJETO: Este Acordo de Cooperação tem por objetivo propiciar aos alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos CURSOS DE GRADUAÇÃO e PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU da UNILASSALE, oportunidade da realização de estágios obrigatórios oferecidos pela SEAP. Parágrafo Único. Os estagiários serão oferecidos aos alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos seguintes Cursos de Graduação e Pós-graduação Lato Sensu da UNILASSALE: a) Direito; b) Serviço Social; c) Pedagogia; caso seja identificada a posterior necessidade de inclusão de mais cursos neste objeto, esta formalização dar-se-á através de Aditivos incorporados a este instrumento.; DOS VALORES: Estabelecem as partes que não há valores a serem repassados entre os partícipes em decorrência desse instrumento.; VIGÊNCIA: Este Acordo de Cooperação Técnica vigora, a partir da data de assinatura, pelo prazo de 60 (sessenta); BASE LEGAL DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 11.788/2008 e as demais normas regulamentares pertinentes à espécie; SIGNATÁRIOS: Murilo Andrade de Oliveira, CPF nº 976.346.386-68 - Secretário/SEAP, pela CONTRATANTE, e o Sr. Cledes Antônio Casagrande - Representante Legal, CPF nº 983.604.699-20, pela CONTRATADA. TRANSCRIÇÃO: DATA DE ASSINATURA: Em 23 de junho de 2022 as partes assinaram o presente Acordo de Cooperação Técnica. São Luís/MA, 27 de junho de 2022. Lucas Fernando Campos Dias Assessoria Jurídica - SEAP.

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2022/AGED. PARTICIPES: AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA, CNPJ nº 05.057.657/0001-09 e CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO MARANHÃO - CRMV-MA, CNPJ nº 07.059.025/0001-00. OBJETO: O presente acordo é o estabelecimento de uma parceria institucional, visando esforços mútuos entre os órgãos envolvidos, para realização conjunta de ações educativas e de fiscalizações do exercício das profissões Médico Veterinário e Zootecnistas e também dos estabelecimentos Médicos Veterinários em defesa da saúde animal e da saúde pública, protegendo a população do Estado do Maranhão. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 27 de junho de 2022. SIGNATÁRIOS: Dr. Cauê Ávila Aragão, brasileiro, portador do CPF nº 037.932.803-81, Presidente da AGED/MA e o(a) Sr(a) Francisca Neide Costa, CPF nº 252.033.983-72, Presidente do CRMV/MA. São Luís, 28 de junho de 2022.



(sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais). **Dotação Orçamentária:** Exercício: 2022; Unidade Gestora: 190.110; Função: 06 – Segurança Pública; Subfunção: 181 – Policiamento Ostensivo; Programa – 0577 – Mais Segurança; Ação – 4700 – Prevenção e Restauração da Ordem Pública; Subação – 011888 – Material de Consumo; Região – 0032 – Na Região da Ilha do Maranhão; Plano Interno – PRVCPMMA001; Fonte – 101 – Recursos Ordinários - Tesouro; Natureza da Despesa – 3390-30. **Modalidade/tipo/regime:** Pregão Eletrônico, do tipo menor valor global por lote (grupo único). **Fundamento Legal:** Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Estadual n.º 36.184/2020, Lei Complementar Federal n.º 123/06, e suas alterações pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações. **Assinado em:** 21 de junho de 2022; **Foro:** Comarca de São Luís - MA. **Ten Cel QOPM – Adroaldo Rabelo Veloso** Presidente da CSL/PMMA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO CONTRATO N.º 030/2022. CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. **CONTRATADO(A):** KENTA INFORMÁTICA S/A. **OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de 31 licenças de uso de software, bem como prestação de serviços de suporte, atualizações e customização de sistema de gravação audiovisual das Sessões Plenárias, Audiências Públicas, Comissões Parlamentares de Inquérito e demais eventos onde se fizer necessário o trabalho de transcrição dos pronunciamentos. Devem ser disponibilizadas 31 licenças de uso de software de gravação audiovisual com transcrição automática com parágrafos e pontuações, bem como suporte técnico, atualizações de versões para a ALEMA, utilizados de acordo com a demanda mensal apresentada por esta Assembleia Legislativa, cujas especificações técnicas são aquelas contidas no Termo de Referência. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 196.639,20 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101–Assembleia Legislativa. **Gestão:** 00001 – Gestão Geral; **Função:** 01 – Legislativa. **Subfunção:** 031– Ação Legislativa. **Programa:** 0318 – Gestão Legislativa. **Natureza Despesa:** 33.90.40.06–Locação de Software. **Ação:** 4628 – Atuação Legislativa. **Subação:** 000010 – Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (INFORMÁTICA). **Fonte de Recursos:** 0.1.01.000000 – Recursos Ordinários do Tesouro. **Histórico:** licença de uso de software e suporte, para gravação das Sessões do Plenário da ALEMA. **Valor:** R\$ 196.639,20. **Informações complementares:** valor para o exercício de 2022 (06 meses e 11 dias). **DO EMPENHO:** Para cobertura das despesas relativas ao exercício do presente Contrato, foi emitida pela Assembleia Legislativa a Nota de Empenho n.º 2022NE001278, de 15/06/2022, no valor de R\$ 104.639,20 (cento e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura. **BASE LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/1993 e Processo Administrativo n.º 0952/2022-AL. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 20/06/2022. **ASSINATURAS:** Deputado Othelino Nova Alves Neto – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e Carlos Antenor Barrios representante da empresa KENTA INFORMÁTICA S/A., CNPJ n.º 01.276.330/0001-77. São Luís – MA, 27 de junho de 2022. Tarcísio Almeida Araújo– Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Tarcísio Almeida Araújo - Procurador – Geral.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 011/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2022. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2022. ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 001/2022. PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO e a empresa M. A. AUTO POSTO AVENIDA LTDA, CNPJ n.º 05.535.350/0001-76.

OBJETO: Contrato tem pôr objeto, por parte da CONTRATADA o fornecimento de combustíveis (Gasolina e Diesel S-10) os quais descritos na cláusula terceira, para atender as demandas do Legislativo Municipal de Itinga do Maranhão/MA. **DATA DE ASSINATURA:** 17/03/2022. **Dotações Orçamentárias:** 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO. 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. **Exercício:** 2022. **BASE LEGAL:** Lei 10.520/02, subsidiada no que couber pela Lei 8.666/93 em sua atual redação, e L. C. 123/2006 e suas alterações, bem como os Decretos Federais n.º 10.024/2019 e n.º 7.892/2013. **VALOR CONTRATUAL:** R\$ R\$ 125.521,00 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais). **VIGÊNCIA:** 23/06/2022 a 31 de dezembro de 2022. **FORO:** Comarca de Itinga do Maranhão/MA. **SIGNATÁRIOS:** Fabiano Alves Bezerra - Presidente do Legislativo Municipal (Contratante) e Marco Antonio Mendes Pimentel - M. A. Auto Posto Avenida Ltda. (Contratada). Itinga do Maranhão/MA, 23 de junho de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO - MA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 19/2022. Dispensa de Licitação n.º 005/2022. Processo Administrativo n.º 18/2022. Contratante: Câmara Municipal de Rosário/MA. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação Serviços de Levantamento de informações patrimoniais, almoxarifado e controle de bens móveis para Câmara Municipal de Rosário, para o exercício financeiro de 2022. **Contratada:** M S REBOUÇAS ME, inscrita no CNPJ n.º 26.192.489/0001-34. **Valor total do Contrato:** R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). **Fundamento legal:** Lei Federal 14.133/2021. **Data:** Rosário/MA, 23 de junho de 2022. **Assinam:** Michelly Silva Rebouças, CPF n.º 602.763.883-48, pela Contratado e Carlos Alberto Serra da Costa, CPF n.º 499.487.763-72, pela Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS - MA

EXTRATO-CONTRATO N.º 148/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 019/2022. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO DE ANAPURUS-CNPJ N.º 06.116.461/0001-00 e a empresa ADEV REINALDO EIRELI-CNPJ 01.998.370/0001-22. **OBJETO:** Eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza e higiene pessoal, de interesse da Secretaria Municipal de Administração de Anapurus/MA. **Valor:** R\$ 142.294,74 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos). **Dotação Orçamentária:** 0202 Sec. Mun. De Gestão, Plan. E Orçamento / 04 122 0002 2.004 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA GESTÃO E PLANEJAMENTO / 3. 3. 90. 30. 00 Material de Consumo. **VIGÊNCIA:** 31/12/2022. **Base Legal:** Lei n.º 8.666/93 e lei 10.520/2002. **Assinatura:** 08/06/2022. **Signatários:** Sr. ALDIR FERNANDO GATTINHO, Secretária Municipal de Orçamento, pela CONTRATANTE e o Sr. ANTONIO DE VASCONCELOS REINALDO, pela CONTRATADA. Anapurus/MA, em 08 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA - MA

EXTRATO DE CONTRATO n.º 325/ 2022. PREGÃO ELETRÔNICO 42/2022.PROCESSO ADMINISTRATIVO 940/2022 – Barra do Corda/MA. OBJETO: Contratação da empresa para aquisição de óleos lubrificantes, aditivos, fluidos, filtros e outros, para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do Município de Barra do Corda/MA. **PREGÃO ELETRÔNICO 42/2022, Contratado:** MAURO S ARAUJO, inscrito no CNPJ n.º 38.490.776/0001-00. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde CNPJ: 10.452.044/0001-06. **Valor:** R\$ 193.773,50 (cento e noventa e três mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). **A dotação orçamentária será:** 10.301.1017.2078.0000-Elemento de Despesa: 3.3.90.30. Projeto Atividade: 2078. **Fonte de**